

Abordagem da população trans no ensino de Enfermagem

Approach to trans population in Nursing education

Enfoque de la población trans en la docência de Enfermería

Recebido: 20/06/2022 | Revisado: 01/07/2022 | Aceito: 08/07/2022 | Publicado: 16/07/2022

Alicia Vanessa Silva de Santana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1355-2333>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: alicia-vanessinha@hotmail.com

Letícia Freire Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4256-1231>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: leticiaf_melo@hotmail.com

Alyny Leal Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4763-5495>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: nynyleal@hotmail.com

Gabrielly Monteiro Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4666-9650>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: gaabriellymmonteiro@hotmail.com

Lara Letícia Rocha de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0777-2305>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: laraleticiaa13@gmail.com

Rosane Milet Passos Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2013-0780>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: rosanemilet@outlook.com

Geisa Carla de Brito Bezerra Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1192-3201>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: geisacarlalima@hotmail.com

Naiane Regina Oliveira Goes Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9268-3931>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: naianegoes@hotmail.com

Deyse Mirelle Souza Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8310-2448>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: deysemirelle@hotmail.com

Fernanda Dantas Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9155-1665>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: nanda-dantas@hotmail.com

Manuela de Carvalho Vieira Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1222-5955>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: manuela.cvm@hotmail.com

Fernanda Costa Martins Gallotti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9063-1273>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: Fernanda.gallotti@souunit.com.br

Resumo

Objetivo: Explorar a inserção da promoção da saúde da população trans nos currículos de diferentes cursos de enfermagem. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa documental do tipo exploratória, que utilizou como fonte de informações os documentos de arquivo público de origem escrita, sendo esses as grades curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso. Resultados: As universidades do Estado de São Paulo, mesmo sendo o estado com maior índice de assassinatos na população trans, ainda é escasso a abordagem dessa temática nas instituições de ensino superior do curso de enfermagem, visto que apenas duas das classificadas em Enade 3, 4 e 5 apresentam uma disciplina específica para este conteúdo. Percebe-se que a formação atual ainda não evidencia a importância de ofertar uma disciplina

voltada para população trans. Conclusão: A pesquisa mostrou que o ensino de enfermagem nessa perspectiva ainda detém algumas fragilidades, que uma das limitações do estudo foi encontrar ementas atualizadas, pois das cento e doze universidades selecionadas, apenas nove estão previstas nos PPCs e abordam o tema proposto.

Palavras-chave: Enfermagem; Ensino; Identidade de gênero; Transexualidade.

Abstract

Objective: To explore the insertion of health promotion of the trans population in the curricula of different nursing courses. **Methodology:** This is an exploratory documentary research, which used as a source of information the documents of public archives of written origin, these being the curricular grids and the Course Pedagogical Project. **Results:** The universities of the State of São Paulo, despite being the state with the highest rate of murders in the trans population, the approach of this theme in the higher education institutions of the nursing course is still scarce, since only two of those classified in Enade 3, 4 and 5 present a specific discipline for this content. It is clear that the current training does not yet demonstrate the importance of offering a discipline aimed at the trans population. **Conclusion:** The research showed that nursing education in this perspective still has some weaknesses, that one of the limitations of the study was to find updated menus, because of the one hundred and twelve selected universities, only nine are foreseen in the PPCs and address the proposed theme.

Keywords: Nursing; Teaching; Gender identity; Transsexuality.

Resumen

Gol: Explorar la inclusión de la promoción de la salud de la población trans en los planes de estudio de diferentes cursos de enfermería. **Metodología:** Se trata de una investigación documental exploratoria, que utilizó como fuente de información documentos de archivo público de origen escrito, como el currículo y el Proyecto Pedagógico de la Carrera. **Resultados:** Las universidades del estado de São Paulo, a pesar de ser el estado con mayor tasa de asesinatos en la población trans, todavía apenas abordan este tema en las instituciones de educación superior de la carrera de enfermería, ya que solo dos de los clasificados en Enade 3, 4 y 5 presentan una disciplina específica para este contenido. Se advierte que la formación actual aún no muestra la importancia de ofrecer una disciplina dirigida a la población trans. **Conclusión:** La investigación mostró que la formación en enfermería desde esta perspectiva aún tiene algunas debilidades, que una de las limitaciones del estudio fue encontrar menús actualizados, debido a que de las ciento doce universidades seleccionadas, solo nueve están previstas en los PPC y la dirección el tema propuesto.

Palabras clave: Enfermería; Enseñando; identidad de género; Transexualidad.

1. Introdução

O termo trans é utilizado para designar pessoas que não se reconhecem com o gênero e/ou sexo atribuído ao seu nascimento e sim ao que se identificam. A definição de homem e mulher ainda refletem de maneira restritiva, onde a sociedade necessita compreender a variabilidade de gênero como fato natural e livre das estigmatizações que historicamente foram atribuídos (Rosa et al., 2019).

O Programa Nacional de Direitos Humanos tem como um de seus objetivos a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Atualmente, a população trans tem ganhado maior visibilidade na luta por direitos e no enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade relacionados ao papel biológico visto como correto (Borges & Passos, 2021).

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) o Brasil é o país com maior número de mortes de pessoas trans no mundo, com registro de 140 assassinatos em 2021. O estado de São Paulo apresentou o maior índice de mortes de trans no país, com 25 homicídios, vale ressaltar que as subnotificações ou ausência de dados, dificultam na identificação dos casos e consequentemente em pesquisas (Benevides 2022). No ano de 2018, o estado de SP esteve em terceiro lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans, com 14 casos (Benevides & Nogueira, 2019). Já em 2019, apresentou 21 assassinatos, sendo o estado que mais matou a população trans, contando com aumento de 50% dos casos em 2018 (Benevides & Nogueira, 2020). E em 2020, SP manteve-se em primeiro lugar no ranking com 29 assassinatos, contando com aumento de 38% dos casos em relação a 2019 (Benevides & Nogueira, 2021).

Considerando esse contexto de vulnerabilidade, a Política Nacional Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) visa o reconhecimento dos efeitos relacionados a discriminação e exclusão dessa população diante do processo de saúde-doença, por isso é evidente que esses grupos sociais tem necessidades comuns como promoção e prevenção a saúde, rastreamentos de agravos a doenças, tratamento e reabilitação. Portanto, em suas diretrizes tem como finalidade o respeito sem preconceito e discriminação, atender o princípio da universalidade, tendo em vista a humanização no atendimento (Brasil, 2013).

Entretanto, ainda que hajam direitos preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como o uso do nome social nos atendimentos, o preconceito e discriminação ainda existentes na sociedade brasileira potencializam a dificuldade de acesso desse público aos serviços de saúde. Diante disso, a assistência dessa população torna-se precária, uma vez que os indivíduos acabam afastando-se do sistema de saúde e procuram somente em casos graves quando não há outra alternativa (Lovison et al., 2019).

Com o subfinanciamento do SUS, ocorre então uma resistência nos setores sociais e morais contra os direitos sexuais e reprodutivos, onde representam ameaças na justiça social a toda população brasileira, o que consequentemente impede o avanço nas políticas nacionais de saúde (Monteiro et al., 2019).

Apesar do avanço na criação de sistemas específicos de assistência para população trans, como o processo transexualizador, ainda não são suficientes para abranger esse grupo. Existe uma grande dificuldade dos profissionais de saúde diante do atendimento a esse público, pois na atenção básica que é porta de entrada para o atendimento da comunidade, não é uma temática abordada (Lima et al., 2021). Diante disso, é de grande importância que desde a graduação essa temática seja abordada, para que os profissionais de saúde compreendam e sejam orientados a trabalhar com a diversidade, a fim de fornecer um ambiente acolhedor, independente de percepções sobre crenças e tabus relacionados a sexualidade (Fernandes et al., 2019).

Considerando o processo formativo do enfermeiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) possibilita modificações na programação curricular, fato este que propicia o desenvolvimento de enfermeiros críticos e reflexivos para desempenhar o seu papel em diversas circunstâncias. Por isso, considera-se relevante formar profissionais com essas características, que tenham como ações de base os princípios éticos e humanitários que por consequência serão enfermeiros pensantes e capazes de cultivar a visão holística na abordagem de outro ser (Almeida et al., 2018).

Portanto, a discussão deste tema torna-se relevante partindo do pressuposto de que a educação é uma ferramenta que auxilia na vida profissional do indivíduo, além de promover uma reflexão sobre os altos índices de morte da população trans, promoção da saúde e o processo formativo dos enfermeiros (Barbosa et al., 2020).

Nesse sentido, delimitou-se como questão da pesquisa: os cursos de graduação em enfermagem propiciam o ensino da promoção da saúde da população trans?

Com o intuito de responder aos questionamentos propostos, esta pesquisa tem por objetivo explorar a inserção da promoção da saúde da população trans nos currículos de diferentes cursos de enfermagem.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental do tipo exploratória, que utilizou como fonte de informações os documentos de arquivo público de origem escrita, sendo esses as grades curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A pesquisa foi conduzida em etapas, tendo como ponto de partida busca na literatura para reconhecimento da população trans a nível nacional e posterior definição do estado brasileiro com maior número de pessoas trans. Considerando a escassez de dados/registros e levantamentos que apontem essa informação, foi considerado o número assassinatos de

peças trans, com destaque para o estado de São Paulo (SP) que registrou 29 assassinatos no ano de 2020 (Benevides & Nogueira, 2020).

A segunda etapa, teve início com a realização de levantamento dos cursos de Enfermagem no sistema e-MEC/ Ministério da Educação (MEC), uma plataforma de tramitação eletrônica onde facilita o credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) como: faculdades, centros universitários e universidades, como também, o fácil acesso a dados dos cursos e avaliações (Tavares, 2020). Foram identificados cento e doze cursos de Enfermagem ativos no estado de São Paulo, considerando a modalidade presencial, grau bacharelado ou licenciatura e índice 3, 4 e 5 no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de enfermagem realizado em 2019.

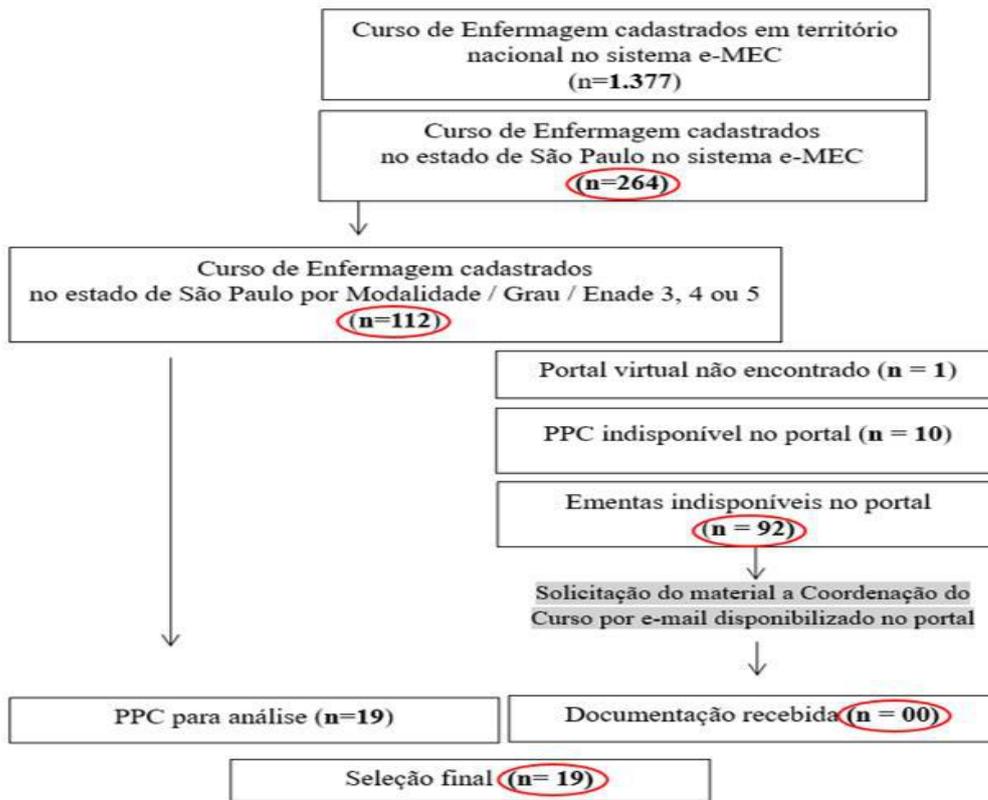
Na terceira etapa foi realizada busca nos sites das instituições de ensino identificadas na etapa anterior, para localização do projeto pedagógico do curso e da ementa da (s) disciplina (s) com abordagem a saúde da população trans. Dos cento e doze (112) cursos incluídos na pesquisa, cento e onze (111) disponibilizavam a grade curricular na página oficial da universidade, no entanto, noventa e dois (92) não disponibilizavam os PPCs.

Tendo em vista diminuir essa dificuldade, foi realizado contato por e-mail com os coordenadores desses cursos, com a finalidade de solicitar os referidos documentos. Das universidades contatadas, apenas um representante respondeu o e-mail, sinalizando que o PPC está em processo de atualização, não disponibilizando o documento solicitado.

A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a abril de 2021, tendo como sequência a tabulação dos dados, com o auxílio do software Microsoft Excel. Para cumprir com o objetivo proposto, fez-se necessário identificar nas ementas características do curso, disciplinas que abordam questões de gênero, carga horária e especificidades.

Como critérios de inclusão a pesquisa, aplicou-se universidades e centros universitários do estado de São Paulo; como nota ENADE 3, 4 e 5 e ementas voltadas para saúde da mulher e questões de gênero. Excluíram-se aquelas com ENADE 1 e 3 e grades curriculares sem ementa disponível (Figura 1).

Figura 1: Processo de identificação das ementas dos cursos de enfermagem de São Paulo.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Figura 1, apresenta o fluxograma de identificação e seleção das ementas dos cursos de enfermagem para o estudo, segundo os critérios de inclusão e exclusão adotados no estudo.

3. Resultados

Ao final da triagem, foram analisados 19 PPCs disponíveis na íntegra. Dos cursos de enfermagem analisados, 84,2% (n= 16) referem-se a Instituições de natureza privada e 52,3% (n=10) com nota 3 no ENADE. Ao direcionar a análise ao foco central desta pesquisa, apenas 09 instituições apresentaram nas ementas disciplinas com temáticas voltadas a promoção da saúde da população trans (Quadro 1).

O baixo número de ementários disponíveis que abordem sobre a promoção da saúde de pessoas trans revela o déficit existente na formação profissional de enfermagem no estado de São Paulo relacionado a temática.

Quadro 1. Características das Instituições de Ensino Superior inseridas na pesquisa.

IES	Natureza da IES	ENADE	Número de disciplinas que abordam questões de gênero
IES A	Pública	5	1
IES B	Particular	4	1
IES C	Particular	4	2
IES D	Pública	5	0
IES E	Particular	3	0
IES	Natureza da IES	ENADE	Número de disciplinas que abordam questões de gênero
IES F	Particular	3	0
IES G	Particular	3	0
IES H	Particular	3	1
IES I	Particular	3	1
IES J	Particular	3	0
IES K	Particular	3	0
IES L	Particular	3	0
IES M	Particular	3	0
IES N	Particular	4	1
IES O	Particular	4	0
IES P	Particular	3	1
IES Q	Pública	5	1
IES R	Particular	5	0
IES S	Particular	5	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em análise aos PPCs, é nítido as limitações de abordagens as temáticas estudadas, sendo observada que o foco das ementas direcionam-se em aspectos gerais a políticas públicas desenvolvendo ações de promoção e prevenção na saúde da mulher e questões de desigualdade de gênero, raça/etnia. Entretanto, analisar a necessidade de atualização deles é uma peça fundamental para melhoria no desenvolvimento curricular, onde possibilitará um aperfeiçoamento constante do acadêmico.

O PPC da IES A aponta que o perfil do profissional a ser formado deve ser generalista e qualificado para desenvolver ações educativas, gerenciais, além de estar preparado para atuar na coordenação do processo de trabalho e de pesquisa junto ao indivíduo, família e coletividade. Diante dessa atuação, deve-se considerar o perfil epidemiológico e instituições onde as ações serão desenvolvidas. Além de comprometer-se com o atendimento as necessidades de saúde do ser humano cidadão no seu contexto biopsicossocial e cultural, de acordo com a ética profissional e política.

O curso da IES A de acordo com o PPC deve oferecer oportunidades para que seu futuro profissional apresente suas atividades de forma crítica e reflexiva, além disso, no perfil deve ter competência técnica e científica que capacite-o para uma atuação interdisciplinar e sistematizada, afim de garantir a qualidade da assistência de enfermagem nos diferentes níveis de atenção à saúde.

A IES D delinea um perfil profissional de consistente formação geral e humanística que elege alguns traços profissiográficos, como: exercer com competência as funções obrigatórias definidas para o enfermeiro, bem como exercer criticamente a reflexão sobre a realidade sócio-político-econômica local, regional e nacional, estar apto a uma participação efetiva no âmbito da saúde e estar consciente de que no desenvolvimento de sua profissão ainda existe um processo contínuo

de educação, a respeito dos avanços científicos e tecnológicos e introduzindo-os na sua prática de acordo com as reais necessidades.

A IES S constitui a partir das DCN o enfermeiro com formação generalista, humanística, crítica e reflexiva, pautado nos princípios éticos e nas bases científicas. O enfermeiro necessita ser capacitado para conhecer e intervir sobre os problemas de saúde-doença e identificar as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Também ser capacitado para atuar com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, promovendo saúde integral para todos.

Relacionado a abordagem da promoção a saúde da população trans nas ementas, das 9 instituições que trazem disciplinas voltadas para essa temática, observou-se que não há uniformidade relacionadas a Carga Horária Total disponível, as disciplinas acessadas variam entre 20 e 180 horas, sendo as mais frequentes com 20 horas. Além disso, apenas a IES A propicia em seu ementário a quantidade de créditos ofertada pela disciplina investigada (Quadro 2).

Quadro 2 - Características das disciplinas que abordam questões de gênero associadas a saúde da mulher.

IES	Disciplina	Carga Horária	Créditos	Período	Tipo de disciplina
IES A	Atenção à Saúde da Mulher	180h	12	7°	Obrigatória
IES B	Enfermagem em Saúde da Mulher	34h	---	6°	Obrigatória
IES C	Elementos de Ciências Sociais Aplicados à Saúde;	---	---	---	Obrigatória
	Assistência de Enfermagem à Saúde da Mulher;	---	---	---	Obrigatória
IES H	Direitos Humanos e Diversidades Socio-étnico-culturais	20h	---	7°	Obrigatória
IES I	Saúde da Mulher	80h	---	5°	Obrigatória
IES N	Gênero, Violência, Direitos Humanos	30h	---	2°	Optativa
IES P	Enfermagem em Saúde da Mulher I	40h	---	5°	Obrigatória
IES Q	Políticas Públicas na Atenção à Saúde	36h	---	3°	Obrigatória
IES S	Violência, Saúde e Gênero	40h	---	7°	Obrigatória

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O exposto revela a predominância de disciplinas de natureza obrigatória, sem um consenso quanto ao período que as disciplinas devem estar situadas na grade curricular, variando do 2° ao 7° período do curso. Contudo, há uma prevalência em incluir o conteúdo na metade do curso, entre o 5° e 7° período, uma vez que, nessa etapa, o aluno já dispõe de uma base teórica razoável para acompanhar o desenvolvimento da disciplina.

4. Discussão

Tendo em vista a inserção de questões de gênero nos cursos de graduação de enfermagem no estado de São Paulo, os PPCs que preencheram os critérios de inclusão foram limitados, mesmo considerando o alarmante índice de homicídios de

peças trans no estado, que segundo dados do ano 2021 registrou 25 mortes por ano, fato que revela a vulnerabilidade desse grupo populacional (Benevides, 2022).

A IES D apresenta competências e habilidades em seu PPC como: assistir de forma sistematizada à criança em todas as fases do seu desenvolvimento e crescimento numa abordagem integral à saúde, bem como também assistir de forma sistematizada à mulher numa abordagem integral a saúde. Porém existe a ausência de uma disciplina voltada pra questões de gênero e sexualidade, onde nota-se que a abordagem nesse curso de certa forma não evidencia como uma competência no presente PPC estar apto a atender esse público, estando mais voltado para outras questões (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, 2018).

O PPC da IES K, aborda como objetivos do curso transferir o conhecimento para suprir as demandas da sociedade através da execução de projetos de pesquisa e de extensão; reconhecer que todo cidadão tem direito aos recursos de saúde, dever de exigir pela qualidade dos mesmos; prestar assistência sistematizada de enfermagem individual e coletiva, por meio de ações integradas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde em todas as fases do ciclo vital e analisar criticamente o seu papel como cidadão e profissional na realidade brasileira (Centro Universitário Amparense, 2018).

Percebe-se que a formação atual ainda não evidencia a importância de ofertar uma disciplina voltada para população trans. Ainda que se tenha avançado em disciplinas como Saúde da Mulher, não dispõe de conteúdo voltado para esses indivíduos. Elas necessitam serem abordadas desde a graduação, pois se um profissional durante sua formação acadêmica for corretamente preparado, o serviço oferecido por ele acarretará em bons resultados, sucedendo um cuidado humanizado, empático e qualificado (Pereira & Chazan, 2019).

Na medida em que a saúde física e mental das pessoas trans são influenciadas pelo ambiente em que vivem, é de suma importância o apoio de seus provedores, comunidade e escolas para facilitar a auto aceitação. A inclusão de programas de educação continuada, disciplinas que devem contemplar no ensino e ferramentas úteis a lidar com esses indivíduos. Ter equipes multidisciplinar para trabalhar de modo colaborativo e estabelecer um ambiente de confiança (Spizzirri et al., 2017).

Diante disso, os resultados demonstraram uma falha na formação desses profissionais, em relação ao assunto questionado, visto que de acordo com a Portaria 1820/2009 que trata dos direitos e deveres dos usuários da saúde, qualquer indivíduo tem direito ao atendimento humanizado, livre de todo tipo de discriminação em virtude de raça, cor, orientação sexual, sendo realizado por profissionais qualificados. Por isso, a não abordagem dessa temática na graduação pode gerar como consequência o despreparo dos profissionais para esta vivência na prática (Brasil, 2009).

A necessidade de uma disciplina específica que trate de um assunto sobre essa população se torna cada vez mais frequente, visto que o SUS vem investindo crescente nesse grupo com políticas públicas, como pode ser visto na Portaria 2809/2013 que redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS, certificando-se de um atendimento qualificado para esses usuários e garantindo uma rede de atenção básica e especializada durante esse processo de readequação sexual (Brasil, 2013).

A atuação do profissional de enfermagem segundo a Resolução COFEN 564/2017 é exercer com competências suas atividades e proporcionar ao paciente integralidade de acordo com os princípios éticos, e com ênfase nas políticas públicas de saúde, que garantem assistência de qualidade, universalidade de acesso, igualdade, dignidade a ser tratado(a) sem distinção de classe social, cultura, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade ou crença religiosa (Brasil, 2017).

É necessário que os profissionais adquiram competências e habilidades durante a graduação, por isso a importância das diretrizes curriculares que são direcionadas a atenção a saúde, proteção, prevenção e promoção. Afim de tornar os futuros enfermeiros em profissionais capacitados para lidar com tomada de decisões, comunicação efetiva, liderança e educação permanente. Assim, garantindo a integralidade do cuidado em saúde desde o período acadêmico (Vieira et al., 2016).

Segundo pesquisa feita em uma Universidade, resultados apontam que em relação a capacitação no atendimento à população trans ou Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, QUEER, Intersexo, Assexual, Pansexualidade + (LGBTQIAP+) a maioria dos estudantes se consideram não capacitados frente a lidar com uma abordagem desse público, ainda relatam também ser um tema muito pouco abordado durante a vida acadêmica, o que se torna preocupante, pois outros resultados mostram que os estudantes que tem um conhecimento do significado da sigla LGBTQIAP+ e das políticas públicas de saúde de certa forma estão mais preparados para atender esse grupo (Gomes et al., 2021).

O currículo é de suma importância durante o período acadêmico, visto que há a necessidade de integração curricular no ensino na saúde que é praticamente uma conformidade. Assim, os cursos da área da saúde tem uma organização e embasamento de que tendo uma estrutura curricular as disciplinas obrigatórias partindo da teoria e seguindo para uma abordagem na prática, os alunos que se empenharem e estudarem terão uma boa desenvoltura futuramente no ambiente de trabalho (Makuch & Zagonel, 2017).

Algumas instituições ofertam a disciplina com a temática de forma optativa, e assim não tem como avaliar o quantitativo de indivíduos que optam por cursar ou não, onde o estudante conclui a graduação sem aprimorar essas competências em relação ao assunto. Já a oferta da disciplina de forma obrigatória proporciona a participação e integração desses estudantes, garantindo o conhecimento antes de concluir o curso, afim de promover um cuidado integral e equânime em saúde, como proposto pela Lei 8.080/90 (Silva et al., 2020).

Portanto, essas modificações na programação curricular, propicia formação de enfermeiros críticos, reflexivos e habilitados para atuar em diversos cenários. A transexualidade define-se pelo não pertencer ao sexo anatômico e no contexto discriminador, a sociedade perpassa por valores e significados que influenciam direta ou indiretamente na conduta dos profissionais. A luta da população trans pelo acesso à saúde contínua e não significa somente ter atendimento físico e psíquico, e sim, na aceitação, no direito ao acesso humanizado e integral a saúde, que pondere as singularidades e necessidades individuais (Almeida et al., 2018).

É necessário um cuidado holístico, em que o indivíduo é considerado em seu contexto social, cultural e não apenas biológico e em um cuidado autêntico ao invés de generalizado. Sendo indispensável que se continue rompendo a discriminação e a consequente violência institucionalizada, visando a promoção do respeito e ao combate atodas as formas de exclusão e discriminação dessas pessoas (Abade et al., 2020).

5. Conclusão

A presente pesquisa documental do tipo exploratória, mostrou que o ensino de enfermagem nessa perspectiva detém algumas fragilidades. Ressalta-se a importância de realização de pesquisas sobre essas temáticas, tendo em vista que uma das principais limitações do estudo foi encontrar ementas atualizadas e disponíveis. De cento e doze universidades selecionadas, apenas nove estão previstas nos PPCs e abordam o tema proposto. A partir da busca ativa, notou-se que algumas universidades afirmaram a falta de atualização do PPC e que por meio da grande procura estão editando e aperfeiçoando os mesmos.

Portanto, sugere-se que a busca por melhorias nos PPCs, afim de formar profissionais capazes de lidar com a pluralidade e estratégias de ensino que favoreçam relações futuras para discutir sexualidade, gênero e englobar todos os indivíduos, pois é um desafio, um trabalho gradativo, porém com planejamento e ciência os objetivos propostos podem ser alcançados.

A presente pesquisa documental do tipo exploratória, mostrou que o ensino de enfermagem detém algumas fragilidades relacionadas a temática da promoção da saúde na população trans. As ementas dos cursos desatualizadas ou

indisponíveis foi a principal limitação do estudo. Ressalta-se a importância de realização de estudos sobre a temática, tendo em vista o papel fundamental que o profissional de enfermagem desempenha no cuidado a essa população e o impacto positivo que a qualificação profissional gera no serviço de saúde e para a população. Para os futuros estudos sugere-se que sejam abrangidos mais estados com o objetivo de ampliar os resultados e obter maior representatividade a nível nacional.

Para as IES sugere-se a busca por melhorias nos PPCs e adoção de estratégias de ensino afim de formar profissionais capazes de lidar com as questões de sexualidade e gênero numa perspectiva de integralidade da atenção e do cuidado.

Referências

- Abade, E. A. F, Chaves, S. C. L & Silva, G. C. O. (2020). *Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30, 300418.
- Almeida, J. S. M et al. (2018). *Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de enfermagem. Revista Enfermagem UERJ*, 26.
- Barbosa, M. G, Silva, M. R. D & Seródio, A. M. B. (2020). *A População Transgênero sob o Olhar da Bioética: Um Panorama dos Currículos de Graduação e dos Cursos de Bioética das Escolas Médicas do Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Educação Médica*. 44(3).
- Borges, M. C., & Passos, M. A. N. (2021). A importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*. 4(8), 12-22.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2019). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018. Expressão Popular, ANTRA, IBTE*.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. Expressão Popular, ANTRA, IBTE*. 80.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Expressão Popular, ANTRA, IBTE*. 136.
- Benevides, B. G. (2022). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE*.
- Brasil. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. (2013). *Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Diário Oficial*.
- Brasil. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. (2013). *Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. (2018). *Resolução Nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa*.
- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso*.
- Fernandes, M. C. L et al. (2019). *Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde dos transexuais. Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança*. 17(2), 34-44.
- Gomes, T. M. C et al. (2021). *Conhecimento dos estudantes de enfermagem do Centro Universitário Estácio de Sergipe sobre a população LGBTQIAP+. Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 13(2), 6406-6406.
- Lima, J. C. G et al. (2021). *Conhecimento da equipe de enfermagem frente ao paciente transgênero. Research, Society and Development*. 10(10).
- Lovison, R et al. (2019). *Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. Enferm. Foco*. 167-172.
- Makuch, D. M. V & Zagonel, I. P. S. (2017). *Abordagem pedagógica na implementação de programas curriculares na formação do enfermeiro. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 21(4), 1-9.
- Monteiro, S, Brigeiro, M., & Barbosa, R. M. (2019). *Saúde e direitos da população trans. Cad. Saúde Pública*. 35(4).
- Pereira, L. B. C & Chazan, A. C. S. (2019). *O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*. 14 (41)1795-1795.
- Rosa, D. F et al. (2019). *Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. Revista Brasileira de Enfermagem*. 72, 299-306.
- Silva, J. M. N, Paulino, D. B & Raimondi, G. A. (2020). *Gênero e sexualidade na graduação em Saúde Coletiva do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva*. 25, 2335-2346.

Spizzirri, G, Ankier, C & Abdo, C.H. N (2017). *Considerations regarding care for transgender individuals. Revista Diagnóstico e Tratamento.* 22, 176-179.

Tavares, D. F et al. (2020). *Radiografia do Ensino de Genética Humana e Médica nos cursos de Medicina das Universidades Federais do Brasil. Revista Brasileira de Educação e Saúde.* 10(2), 71-77.

Vieira, M. A et al. (2016). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a área da enfermagem: o papel das competências na formação do enfermeiro. Renome.* 5(1),105-121.